



PREFEITURA DE
BOCAIUVA
TRABALHANDO PARA QUEM PRECISA!

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 15/2022

08 de março de 2022.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Recebi em 28/03/22
guardado às 16h03
Câmara Municipal de Bocaiúva

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que *"estabelece os meios oficiais de publicação dos atos normativos e administrativos do município de Bocaiúva (mg) e dá outras providências"*.

Como é cediço, um dos princípios constitucionais da Administração Pública é o princípio da publicidade, através do qual *"indica que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, e isso porque constitui fundamento do princípio propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Só com a transparência dessa conduta é que poderão os indivíduos aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de que se revestem."*¹

Atualmente, a publicação dos atos administrativos e normativos do Município de Bocaiúva são realizados exclusivamente através do quadro de aviso, nos termos do que prevê a Lei Municipal de nº 3.107, de 28 de fevereiro de 2005, que, em seu art. 1º dispõe:

Art. 1º - Até instituição do diário Oficial Municipal, o veículo oficial de divulgação da Administração Pública Municipal é o Quadro de Aviso, afixado na sede da Prefeitura Municipal, em local de amplo acesso público.

Todavia, a publicação dos atos na forma como ocorre atualmente é retrógrada e dificulta a efetivação do princípio da publicidade, uma vez que os documentos ficam afixados em desordem e geram tumultos e incertezas em suas consultas.

Além disso, corre-se o risco de que os documentos descolem, sejam retirados do quadro, além de que a impressão destes gera um custo mensal alto ao Município.

Assim, a instituição e utilização do Diário Oficial Eletrônico no Município de Bocaiúva vai ao encontro da eficiente aplicação do princípio da publicidade, proporcionando uma maior facilidade nas consultas dos atos normativos e administrativos pela população e pelos órgãos de controle, além de propiciar uma redução de custos de impressão.

Ademais, o Diário Oficial Eletrônico é o método de publicidade mais condizente com atual realidade tecnológica em que vivemos.

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. – 34 ed. – São Paulo: Atlas, 2020. (pág. 26)





PREFEITURA DE
BOCAIUVA
TRABALHANDO PARA QUEM PRECISA!

Com efeito, vale salientar que a Lei Orgânica Municipal já prevê a possibilidade de instituição do Diário Eletrônico no Município, dispondo:

Art. 84. A publicidade das leis e atos municipais far-se-á em **órgão da imprensa local ou regional** ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º A escolha do órgão de imprensa, para a divulgação das leis e atos administrativos, far-se-á através de licitação, em que levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.

§ 2º Nenhum ato produzirá efeito, antes de sua publicação;

§ 3º A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Isto Posto, encaminho aos nobres edis o presente Projeto de Lei, pugnando pela sua aprovação.

O Poder Executivo se coloca a inteira disposição de vossas senhorias para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sendo o que tínhamos para o momento, apresentamos à V.Exa. e nobres edis protestos de estima e apreço.

Prefeitura Municipal de Bocaiuva-MG, 23 de março de 2022.


ROBERTO JAIR TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva/MG



PREFEITURA DE
BOCAIUVA
TRABALHANDO PARA QUEM PRECISA!

PROJETO DE LEI Nº 15 /2022 de 23 de março de 2022.

ESTABELECE OS MEIOS OFICIAIS DE PUBLICAÇÃO DOS
ATOS NORMATIVOS E ADMINISTRATIVOS DO
MUNICÍPIO DE BOCAIUVA (MG) E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

O povo do Município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os meios oficiais de comunicação, publicidade e divulgação dos atos normativos e administrativos que se sujeitam ao princípio constitucional da publicidade do Município de Bocaiúva (MG), bem como dos órgãos da administração indireta, suas autarquias e fundações, são o quadro de avisos dos órgãos públicos e o Diário Oficial Eletrônico, considerados, para fins do art. 84 da Lei Orgânica Municipal, órgãos de imprensa local e regional.

Art. 2º - O Diário Eletrônico será veiculado na rede mundial de computadores, em endereço eletrônico, podendo ser consultado sem custos e independentemente de cadastramento.

Art. 3º - As publicações no Diário Eletrônico serão realizadas a partir da regulamentação desta Lei, que se dará por ato do Chefe do Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - O Município, desde que observe as formalidades desta Lei, poderá realizar a publicação em meio eletrônico diretamente ou por meio de terceiros.

Art. 5º - A implantação do Diário Eletrônico no Município deverá ser precedida de divulgação, por meio de afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, durante os 15 (quinze) dias que a anteceder.

Art. 6º - A responsabilidade pelo conteúdo da publicação é do órgão que o produziu.

Art. 7º - Os direitos autorais das publicações no Diário Eletrônico são reservados ao Município.

Art. 8º - O Município manterá nos quadros de avisos de seus Poderes e órgãos, cópia da versão impressa da última edição que constar na publicação de atos municipais.

Parágrafo Único - O Município poderá disponibilizar cópia da versão impressa do Diário Eletrônico, mediante solicitação e o pagamento do valor correspondente à sua reprodução.

Art. 9º - As edições do Diário Eletrônico atenderão aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de



PREFEITURA DE
BOCAIUVA
TRABALHANDO PARA QUEM PRECISA!

Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único - Competirá ao Prefeito Municipal designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas dos atos do Poder Executivo e ao Presidente da Câmara de Vereadores designar as pessoas responsáveis pelas assinaturas dos atos do Poder Legislativo, e aos representantes das Autarquias e Fundações, as assinaturas dos atos a serem publicados no Diário Eletrônico, mediante portaria.

Art. 10 - Os atos, após serem publicados no Diário Eletrônico, não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único - Eventuais retificações de atos deverão constar de nova publicação.

Art. 11 - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.107, de 28 de fevereiro de 2005.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva – MG, 23 de março de 2022.


Roberto Jairo Torres
Prefeito Municipal de Bocaiúva

Aprovado por 13 Votos na 11ª
Reunião Ordinária da 2ª Sessão
Legislativa da Câmara Municipal.
Ao Sr. Chefe do Poder Executivo, para sanção
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Bocaiúva
Em, 18/04/2022


PRESIDENTE DA CÂMARA



CÂMARA
MUNICIPAL DE
BOCAIUVA

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO
PROJETO DE LEI Nº 15/2022**

Assunto: "Estabelece os meios oficiais de Publicações dos Atos Normativos e administrativos do Município de Bocaiuva/MG, e dá outras providências".


Trata-se de matéria cuja apreciação é de competência da Câmara Municipal e sobre o mesmo assim se construiu o presente parecer.

Após análise, esta Comissão opina pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 15/2022, uma vez que constatada a sua constitucionalidade e legalidade.

É o parecer.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2022.


PEDRO CÉSAR GOMES DE SOUZA
Presidente


ADALBERTO FERNANDES FERREIRA
Relator


ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA
Membro